

CEM

CADERNO DE EXERCÍCIOS *MASTER*

**Direito Penal**

Aplicação da Lei Penal e Teoria do  
Crime

Magistratura Federal

Período 2006 - 2016

**1) COMISSÃO EXAMINADORA - JUIZ FEDERAL - TRF4 (2010)**

Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.

- I. Poderá haver imposição de pena de multa por fato que lei posterior deixar de considerar crime.
- II. Segundo a jurisprudência predominante do Supremo Tribunal Federal, a lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência.
- III. A lei temporária, decorrido o período de sua duração, não mais se aplicará aos fatos praticados durante a sua vigência.
- IV. Considera-se praticado o crime no momento do seu resultado, ainda que diverso tenha sido o tempo da ação ou omissão que lhe deu causa.
- V. Para os efeitos penais, consideram-se extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro, onde quer que se encontrem.
- a) Está correta apenas a assertiva IV.
- b) Está correta apenas a assertiva V.
- c) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
- d) Estão corretas apenas as assertivas II e V.
- e) Estão corretas apenas as assertivas I, II, IV e V.

**2) COMISSÃO EXAMINADORA - JUIZ FEDERAL - TRF4 (2010)**

Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.

- I. Fica sujeito à lei brasileira o crime ocorrido no estrangeiro contra o patrimônio da Caixa Econômica Federal ou do Banco do Brasil S.A.
- II. Crime comum praticado por brasileiro em território estrangeiro é punível por meio da aplicação da lei brasileira mesmo em caso de ter sido perdoado no exterior.

- III. A pena cumprida no estrangeiro atenua a pena diversa imposta no Brasil pelo mesmo crime.
- IV. Aplica-se a lei brasileira aos crimes que por tratado o Brasil se obrigou a reprimir, ainda que o agente não entre no território nacional.
- V. As regras gerais do Código Penal não se aplicam às leis especiais que disponham de modo diverso.
- a) Está correta apenas a assertiva I.
- b) Estão corretas apenas as assertivas I, III e V.
- c) Estão corretas todas as assertivas.
- d) Está incorreta apenas a assertiva I.
- e) Está incorreta apenas a assertiva V.

### **3) COMISSÃO EXAMINADORA - JUIZ FEDERAL - TRF 4 (2014)**

Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.

- I. O disposto no art. 62, §1º, I, b, da Constituição Federal, que veda a edição de medida provisória em matéria penal, não obsta que, presentes a relevância e a urgência, sejam veiculadas normas processuais penais, desde que não modifiquem a competência nem interfiram no contraditório e na ampla defesa.
- II. A anistia é ato político, concedido mediante lei. Assim, é da competência do Congresso e do chefe do Executivo, correndo por conta destes a avaliação dos critérios de conveniência e oportunidade do ato, sem dispensa, entretanto, de controle judicial, porque pode ocorrer, por exemplo, desvio do poder de legislar ou afronta ao devido processo legal substancial.
- III. A necessidade de proteção a determinados valores constitucionais por um período certo ou excepcional autorizam a edição de lei excepcional ou temporária, que se aplica ao fato praticado durante sua vigência, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram.
- IV. Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes praticados por brasileiros, desde que concorrentes as seguintes condições: o agente entrar no território nacional; ser o fato punível também no estrangeiro, ainda que, por qualquer circunstância, esteja extinta a

punibilidade pela legislação estrangeira; não ter sido o agente absolvido no estrangeiro ou não ter cumprido pena; e estar o crime incluído entre aqueles pelos quais a lei brasileira autoriza a extradição.

- a) Está correta apenas a assertiva II.
- b) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- c) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- d) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.
- e) Nenhuma assertiva está correta.

#### **4) CESPE - JUIZ FEDERAL - TRF 5 (2006)**

Julgue o item seguinte, com relação ao direito penal, considerando o entendimento do STJ e do STF. Considere a seguinte situação hipotética.

Ocorre a chamada culpa consciente quando o agente, embora tendo agido com dolo, nos casos de erro vencível, nas discriminantes putativas, responde por um crime culposos.

**Certo ( )**

**Errado ( )**

#### **5) COMISSÃO EXAMINADORA - JUIZ FEDERAL - TRF 3 (2008)**

Marque a alternativa correta.

- a) Para o finalismo o dolo e a potencial consciência da ilicitude da conduta representam a mesma realidade como elemento necessário para o juízo de desvalor da ação ou omissão.
- b) Mesmo após a reforma penal de 1984, a "intensidade do dolo" mantém-se como circunstância capaz de provocar maior dosagem de pena, já que é relevante para o Juiz avaliar o grau de reprovação social da conduta.
- c) É atípico o comportamento praticado debaixo de irresistível coação física, respondendo o coator pelo fato na condição de autor imediato em concurso com a coação.

d) O tipo do injusto culposo é considerado "tipo fechado" porque a lei taxativamente prevê as modalidades de culpa (imprudência, imperícia e negligência), sendo ao menos uma delas o núcleo do tipo.

#### **6) CESPE - JUIZ FEDERAL - TRF 1 (2013)**

Considerando as teorias que tratam do dolo eventual e da culpa consciente, assinale a opção correta.

a) Consoante a teoria do risco, pertencente ao grupo das teorias volitivas, o dolo eventual não tem como objeto o resultado típico, mas, apenas, a conduta típica, sendo necessário que o agente, primeiro, tenha conhecimento de que sua ação implica risco indevido e, segundo, assuma o risco da produção do resultado como decorrência provável da conduta tipificada como proibida.

b) Com base na teoria do perigo desprotegido, também conhecida como teoria do perigo a descoberto, mesmo que a ocorrência do resultado lesivo fique na dependência do acaso e, portanto, fora da possibilidade de ser evitado pelo agente, poder-se-á falar, em princípio, tanto em dolo eventual quanto em culpa consciente, uma vez que somente a atitude subjetiva do agente em relação ao resultado mentalmente representado como possível é que poderá constituir referencial seguro para a distinção entre uma e outra hipótese típica.

c) Uma variante da teoria do risco surge com base no critério do conhecimento sobre um perigo qualificado para o bem jurídico, segundo o qual o dolo se configura no caso em que a produção do resultado for provável e não meramente possível, examinando-se as condições específicas de atuação do agente e afastado o parâmetro genérico fornecido pelo homem sensato ou cuidadoso.

d) De acordo com a teoria da representação, também denominada teoria da possibilidade, integrante do grupo das teorias intelectivas, haverá dolo eventual se o agente admitir, conscientemente, a possibilidade da ocorrência do resultado. Com base nessa teoria, portanto, culpa é sempre culpa inconsciente, não existindo culpa consciente. Assim, a distinção entre dolo e culpa está associada ao conhecimento

ou ao desconhecimento, por parte do agente, dos elementos do tipo objetivo: o conhecimento configura o dolo; o desconhecimento caracteriza a culpa.

e) Segundo a teoria do consentimento ou da aprovação, pertencente ao grupo das teorias volitivas, para a configuração do dolo eventual, é necessário que o agente se conforme com a produção do resultado, aceitando-o, mesmo que a posteriori, ou seja, ainda que não o tenha

previsto no momento da prática da conduta típica.

### **7) CESPE - JUIZ FEDERAL - TRF 3 (2011)**

No tocante às situações derivadas da hipótese do erro em direito penal, assinale a opção correta.

- a) De acordo com a doutrina majoritária, incorre em erro de proibição indireto aquele que supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima.
- b) Nos termos do CP, no erro de execução, não se consideram, para aplicação da pena, as condições ou qualidades da pessoa contra a qual o agente queria praticar o crime, mas as condições ou qualidades da pessoa contra a qual o crime foi praticado.
- c) De acordo com a teoria extremada da culpabilidade, é preciso distinguir, em relação a causa de justificação, entre erro de proibição indireto e erro de tipo permissivo.
- d) O fato de o sujeito A disparar arma de fogo contra B, mas, por má pontaria, atingir mortalmente C, que está ao lado de B, caracteriza o denominado, de acordo com o CP, erro sobre a pessoa.
- e) Segundo a interpretação doutrinária dominante do CP, o erro de tipo, vencível ou invencível, pode recair sobre qualquer elemento constitutivo do tipo objetivo e impede a configuração do tipo subjetivo doloso.

### **8) COMISSÃO EXAMINADORA - JUIZ FEDERAL - TRF 2 (2014)**

Caio, agente da polícia, durante suas férias, resolve manter a forma e treinar tiros. Vai até um terreno baldio e ali alveja uma caçamba de lixo. O agente imaginava-se sozinho e, sem querer, acerta um mendigo que ali dormia, dentro da caçamba. Em tese, ocorreu:

- a) Discriminante putativa.
- b) Causa legal de exclusão da culpabilidade.
- c) Caso fortuito, ou força maior criminógena.
- d) Erro de tipo.
- e) Erro na execução (aberratio ictus).

**9) CESPE - JUIZ FEDERAL - TRF 5 (2006)**

Julgue o item seguinte, com relação ao direito penal, considerando o entendimento do STJ e do STF.

A tipicidade formal, que faz parte do conceito de tipicidade, consiste em averiguar se uma conduta formalmente típica causou ofensa intolerável ao objeto jurídico penalmente protegido.

**Certo ( )**

**Errado ( )**

**10) CESPE - JUIZ FEDERAL - TRF 3 (2011)**

No tocante às respostas que a dogmática penal contemporânea oferece acerca das teorias do crime e da pena, assinale a opção correta.

a) Segundo uma das teorias mais conhecidas de imputação objetiva, para atribuição do tipo objetivo ao agente, a criação ou o incremento de um risco proibido é insuficiente quando o resultado não provenha diretamente desse risco.

b) Para a definição das fontes do especial dever de agir, fundamento da posição de garantidor, adota-se, no CP, o critério material puro.

c) A pena criminal implica reprovação, expressa na ideia de retribuição de acordo com a culpabilidade, prevenção especial como intimidação e manutenção da confiança na ordem jurídica e, finalmente, prevenção geral como neutralização e correção do autor do crime.

d) A aplicação da pena de multa ocorre em duas fases: na primeira, determina-se o valor do dia-multa; na segunda, a quantidade de dias-multa, atendendo-se, sobretudo, à situação econômica do autor.

e) O conhecimento das características descritivas típicas da posição de garantidor é suficiente para fundamentar a omissão dolosa e dispensa a representação da possibilidade de realização da ação ordenada pelo preceito normativo.

**11) CESPE - JUIZ FEDERAL - TRF 5 (2007)**

À luz da teoria da imputação objetiva, julgue o item subsequente.

A teoria da imputação objetiva tem aplicação nos crimes de mera conduta, formais e materiais.

**Certo ( )**

**Errado ( )**

**12) CESPE - JUIZ FEDERAL - TRF 5 (2007)**

À luz da teoria da imputação objetiva, julgue o item subsequente.

Considere a seguinte situação hipotética.

Fábio, vendo um carro em alta velocidade vindo em direção a Carlos, empurrou este, para evitar o atropelamento. Em virtude da queda sofrida em decorrência do empurrão, Carlos sofreu lesões corporais, ficando com a perna quebrada. Nessa situação, a conduta de Fábio é atípica, pois destinada a reduzir a probabilidade de uma lesão maior, consistindo, assim, em uma ação dirigida à diminuição do risco.

**Certo ( )**

**Errado ( )**

**13) CESPE - JUIZ FEDERAL - TRF 1 (2013)**

Armando e Frederico, médicos, ministraram, cada um, em Bruno, paciente que convalescia no leito hospitalar, uma dose de veneno, fazendo-a passar pelo medicamento adequado, o que resultou na morte de Bruno.

Tendo essa situação hipotética como referência inicial, assinale a opção correta.

a) Caso Armando e Frederico tenham ministrado as doses de veneno sem combinação prévia e sem conhecimento da intenção um do outro, e tenha sido comprovado que apenas uma das doses, embora ministrada no mesmo instante da outra, produziu, por si só, a morte de Bruno, ambos os agentes devem responder pela morte de Bruno, ainda que seja impossível determinar o autor da aplicação da dose letal, visto que a morte teria ocorrido necessariamente por uma ou por



outra condição.

b) Se, além de haver recebido as duas doses letais de veneno ministradas por Armando e Frederico, Bruno, ainda vivo, fosse vítima de outra ação, dolosa ou culposa, de terceiro, e viesse a falecer em seguida a essa terceira ação posterior, Armando e Frederico não poderiam ser responsabilizados pelo resultado morte.

c) Ainda que Armando e Frederico tenham agido em conjunto e de comum acordo, seria indispensável a aplicação do critério da prognose posterior objetiva para se proceder à imputação objetiva do resultado morte aos dois agentes, em concurso, a despeito da comprovação de que o envenenamento tenha sido a causa da morte de Bruno.

d) Caso Armando e Frederico tenham ministrado as doses de veneno no mesmo instante, sem combinação prévia e sem conhecimento da intenção um do outro, e tenha sido comprovado que cada uma das doses produziu seu efeito de forma instantânea, e que cada uma delas, isoladamente, era suficiente para matar, o fato configuraria dupla causalidade alternativa, mostrando-se inadequada a aplicação pura e simples da fórmula da eliminação hipotética, cuja correção, nesta situação, pode ser feita pela fórmula da eliminação global.

e) Caso Armando e Frederico, com a intenção de matar, tenham, individualmente, sem combinação prévia e sem conhecimento da intenção um do outro, ministrado doses de veneno que, isoladamente, fossem insuficientes para produzir a morte de Bruno, eles deveriam responder, de forma individual, por tentativa de homicídio, apesar da ocorrência do resultado morte.

#### **14) COMISSÃO EXAMINADORA - JUIZ FEDERAL - TRF 4 (2008)**

Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

I. No Código Penal Brasileiro, a tentativa do crime é marcada pelo início da realização do tipo, tomando-se em consideração sobretudo a expressão que emprega a lei para designar a conduta proibida.

II. Não admitem tentativa os crimes habituais e de atentado, os omissivos próprios, os unissubsistentes, os culposos e os preterintencionais, não incluídos aqueles tecnicamente qualificados pelo resultado.

III. No crime putativo imagina o agente proibida uma conduta que em verdade lhe é permitida,

não cabendo punição.

IV. A Súmula 145 do Supremo Tribunal Federal (“Não há crime, quando a preparação do flagrante pela polícia torna impossível a sua consumação”) passou, pela mesma Corte, a ser interpretada como a dar validade ao flagrante esperado; de outro lado, negando validade ao flagrante provocado pelo agente da prisão.

- a) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
- b) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
- c) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.
- d) Estão corretas todas as assertivas.

#### **15) CESPE - JUIZ FEDERAL - TRF 5 (2011)**

No que concerne à teoria geral do crime, assinale a opção correta.

- a) O fato de o agente estar sendo vigiado por fiscal de estabelecimento comercial, assim como a existência de sistema eletrônico de vigilância, impede de forma completamente eficaz a consumação do delito pretendido, de modo a se reconhecer caracterizado crime impossível, pela absoluta eficácia dos meios empregados.
- b) Em relação à punibilidade do chamado crime impossível, adota-se no CP a teoria sintomática, segundo a qual só haverá crime impossível quando a ineficácia do meio e a impropriedade do objeto jurídico forem absolutas; sendo elas relativas, fica caracterizada a tentativa.
- c) Quanto à punição na modalidade tentada de crime, adota-se no CP a teoria subjetiva, segundo a qual a tentativa, por produzir mal menor, deve ser punida de forma mais branda que o crime consumado, reduzindo-se de um a dois terços a pena prevista.
- d) Não se admite desistência voluntária em relação à prática de delito unissubsistente, admitindo-se arrependimento eficaz apenas com relação à prática de crimes materiais. Para beneficiar-se dessas espécies de tentativa qualificada, que, por si só, não beneficiam os partícipes, o agente deve agir de forma voluntária, mas não necessariamente de forma espontânea.
- e) Segundo a jurisprudência do STJ, tratando-se de delito de apropriação indébita, a devolução da coisa que não seja de pequeno valor, desde que antes do recebimento da denúncia, afasta o

dolo, ainda que haja controvérsia sobre a existência de devolução parcial, não devendo tal fato ser considerado como mero arrependimento posterior.

**16) COMISSÃO EXAMINADORA - JUIZ FEDERAL - TRF 2 (2014)**

Assinale a alternativa correta:

- a) Na desistência voluntária, o agente desiste de prosseguir nos atos de execução. Neste caso, tem-se a chamada ponte de ouro, que estimula o agente a retroceder, e ele será apenas punido pela tentativa.
- b) A inequívoca e categórica inaptidão do meio empregado pelo agente para a obtenção do resultado chama à aplicação a forma tentada do delito.
- c) O arrependimento eficaz, com a reparação do dano ou restituição da coisa por ato voluntário do agente, ocorrido até o recebimento da denúncia, enseja a redução da pena à metade.
- d) O erro na execução é o erro ocorrido por inabilidade ou por acidente. O agente quer atingir A, mas acerta B. Neste caso, o agente responde como se tivesse acertado a pessoa visada. No caso de também ser atingida a pessoa que o agente queria ofender, aplica-se a regra do concurso material.
- e) O arrependimento posterior implica causa de diminuição da pena do agente, e apenas é aplicável aos crimes praticados sem violência ou grave ameaça à pessoa.

**17) CESPE - JUIZ FEDERAL - TRF 1 (2011)**

No que diz respeito às causas de exclusão da ilicitude e de culpabilidade, assinale a opção correta.

- a) Para o reconhecimento da causa de exclusão de ilicitude, há necessidade da presença dos pressupostos objetivos e da consciência do agente de agir acobertado por uma excludente, de modo a evitar o dano pessoal ou de terceiro, admitindo-se as causas supralegais de justificação.
- b) A legislação extravagante prevê, entre as causas de exclusão de culpabilidade, a que assegura, na Lei de Entorpecentes, a isenção de pena do agente que, em razão da dependência de droga, seja, ao tempo da ação ou da omissão, incapaz de entender o caráter ilícito do fato, incidindo,

apenas, no delito de portar ou trazer consigo drogas para uso pessoal.

c) A condição de silvícola e a surdo-mudez completa são consideradas causas de exclusão da imputabilidade absoluta, por presunção legal expressa, com fulcro no critério biopsicológico, de as pessoas nessas condições demonstrarem incapacidade de entender o que seja ilicitude e de se autodeterminar de acordo com esse entendimento.

d) As causas de exclusão de ilicitude são taxativas e estão previstas na parte geral do CP, tendo o legislador pátrio fornecido o conceito preciso de cada uma delas, de modo a evitar interpretações não previstas na norma, em benefício do autor da conduta.

e) As causas de exclusão de ilicitude e de culpabilidade têm os mesmos efeitos jurídicos, reconhecem a conduta como infração penal e, em nenhuma hipótese, acarretam a imposição de pena ao agente.

#### **18) CESPE - JUIZ FEDERAL - TRF 5 (2007)**

Acerca das causas excludentes da ilicitude e culpabilidade, julgue o próximo item.

Para a teoria unitária, diferentemente do que ocorre com a teoria diferenciadora, todo estado de necessidade é justificante, inexistindo estado de necessidade exculpante.

**Certo ( )**

**Errado ( )**

#### **19) CESPE - JUIZ FEDERAL - TRF 5 (2006)**

Julgue o item seguinte, com relação ao direito penal, considerando o entendimento do STJ e do STF.

A teoria psicológica da culpabilidade retira o dolo da culpabilidade e o coloca no tipo penal.

**Certo ( )**

**Errado ( )**

**20) CESPE - JUIZ FEDERAL - TRF 2 (2013)**

Assinale a opção correta com referência à imputabilidade penal.

- a) Aquele que, ao tempo da ação, era inteiramente incapaz de compreender o caráter ilícito do fato, mas que recobrar sua sanidade no curso da ação penal, conforme perícia atestada nos autos, não poderá ser condenado pelo crime cometido, pois o juiz proferirá sentença absolutória imprópria, não incidindo a aplicação de medida de segurança.
- b) Aquele que, ao tempo da ação, por desenvolvimento mental retardado, era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato estará sujeito à sanção de medida de segurança por tempo indeterminado, devendo submeter-se periodicamente a perícias médicas para avaliar a cessação ou não de sua periculosidade.
- c) A reforma do CP ocorrida em 1984 aboliu o sistema vicariante, em que a sentença impunha ao inimputável e ao semiimputável não só pena como também medida de segurança.
- d) Aquele que, ao tempo da ação, não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato por força da dependência do consumo de drogas, comprovada mediante laudo pericial produzido em juízo, poderá ser absolvido impropriamente e encaminhado a tratamento médico adequado.
- e) Aquele que, ao tempo da ação, por desenvolvimento mental incompleto, não era inteiramente capaz de determinar-se de acordo com o entendimento do caráter ilícito do fato deverá ser condenado criminalmente, mas com a pena reduzida de um terço a dois terços.

**21) CESPE - JUIZ FEDERAL - TRF 5 (2007)**

A respeito de reincidência, julgue o item subsequente.

Não poderá ser considerado reincidente o inimputável que tenha sido submetido a medida de segurança por decisão transitada em julgado e, após ter cumprido a medida de internação, fique curado da doença mental que o acometia e venha a praticar crime.

**Certo ( )**

**Errado ( )**

**22) CESPE - JUIZ FEDERAL - TRF 1 (2009)**

Assinale a opção correta em relação às causas de exclusão de culpabilidade, ao concurso de pessoas, às finalidades das penas e às medidas de segurança.

- a) Em relação à embriaguez não acidental, o CP adotou a teoria da *actio libera in causa*, devendo ser considerado o momento da prática delituosa e não o da ingestão da substância, para aferir a culpabilidade do agente.
- b) No erro de proibição indireto, o agente tem perfeita noção da realidade, mas avalia de forma equivocada os limites da norma autorizadora. Tal erro, se escusável, isenta-o de pena; se inescusável, concede-lhe o direito a redução da pena de um sexto a um terço.
- c) No ordenamento jurídico brasileiro, a natureza jurídica do concurso de pessoas é justificada pela adoção da teoria monista, na qual inexistem desvios subjetivos de conduta.
- d) Segundo a teoria finalista, a pena tem a dupla função de punir o criminoso e prevenir a prática do crime pela reeducação e pela intimidação coletiva.
- e) A medida de segurança possui finalidade preventiva e visa ao tratamento dos inimputáveis que demonstrarem, pela prática delitiva, potencialidade para novas ações danosas, razão pela qual não se aplicam os princípios da irretroatividade da lei penal mais grave e da anterioridade a essa espécie de sanção penal.

**23) CESPE - JUIZ FEDERAL - TRF 2 (2009)**

Acerca de culpa, culpabilidade e ilicitude, julgue os seguintes itens.

I Para a teoria diferenciadora alemã, a qual chegou a ser prevista no CP de 1969, que não chegou a entrar em vigor, há necessidade de ponderação entre os bens e deveres em conflito e somente o bem reputado de menor valor pode ser licitamente sacrificado para proteção do de maior valor.

II O CP brasileiro não adotou a teoria diferenciadora, todavia, em relação ao agente que tinha o dever legal de enfrentar o perigo, poderá haver a aplicação do estado de necessidade justificante, se o bem que sacrificou era de menor valor do que o protegido.

III O desconhecimento da lei é inescusável. O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena; se evitável, não constitui causa de diminuição da reprimenda, podendo ser valorado como circunstância judicial, quando da aplicação da pena, na primeira fase da dosimetria.

IV Nos crimes culposos, o tipo penal é aberto, o que decorre da impossibilidade do legislador de antever todas as formas de realização culposa; assim, o legislador prevê apenas genericamente a ocorrência da culpa, sem defini-la, e, no caso concreto, o aplicador deve comparar o comportamento do sujeito ativo com o que uma pessoa de prudência normal teria, na mesma situação.

Estão certos apenas os itens

- a) I e IV.
- b) II e III.
- c) II e IV.
- d) I, II e III.
- e) I, III e IV.

**24) COMISSÃO EXAMINADORA - JUIZ FEDERAL - TRF 4 (2008)**

Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

I. No erro de tipo está viciada a previsibilidade, impedindo que o dolo atinja corretamente todos os elementos essenciais do tipo, o que não impede a configuração do crime culposos.

II. O erro de proibição ocorre pelo inevitável desconhecimento da lei penal, que exclui a culpabilidade do agente e impede sua punição por crime doloso, permitindo, porém, o apenamento na forma culposa ou preterdolosa.

III. Para o Código Penal Brasileiro, as causas justificativas constituem hipótese de erro de proibição, adotando-se a teoria extremada do dolo, diversamente da teoria limitada do dolo, onde as excludentes da ilicitude caracterizam erro de proibição (quando viciada a compreensão dos fatos) ou erro de tipo permissivo (quando viciada a interpretação do alcance da causa justificadora).

IV. O erro de tipo pode ocorrer mesmo em crimes omissivos impróprios; enquanto que, no erro de proibição, examina-se a culpabilidade abstrata da ignorância à representação da ilicitude do comportamento.

- a) Está correta apenas a assertiva I.

- b) Está correta apenas a assertiva III.
- c) Está correta apenas a assertiva IV.
- d) Estão corretas apenas as assertivas I e II.

**25) CESPE - JUIZ FEDERAL - TRF 5 (2007)**

Acerca das causas excludentes da ilicitude e culpabilidade, julgue o próximo item.

Constitui erro de proibição indireto a situação em que o agente, embora tendo perfeita noção da realidade, avalia de forma equivocada os limites da norma autorizadora, respondendo com a pena reduzida, se o erro for inescusável, ou ficando isento de pena, se for escusável.

Certo ( )

Errado ( )

**26) CESPE - JUIZ FEDERAL - TRF 1 (2013)**

No que concerne à culpabilidade e às causas de sua exclusão, à disciplina do erro relevante em direito penal e às causas de exclusão da ilicitude, assinale a opção correta.

- a) No modelo psicológico de culpabilidade, o dolo é normativo.
- b) Todo erro penalmente relevante relacionado a uma causa de exclusão da ilicitude é erro de proibição indireto.
- c) O erro de tipo evitável isenta de pena o agente.
- d) Não se admite legítima defesa contra legítima defesa putativa.
- e) A coação física absoluta é causa de exclusão da culpabilidade.

**27) CESPE - JUIZ FEDERAL - TRF 2 (2011)**

Assinale a opção correta a respeito do concurso de pessoas e de crimes, da relação de causalidade e do crime continuado.



a) Com relação ao concurso de pessoas, no CP, tal como no sistema monístico ou unitário, distinguem-se punibilidade de autoria e de participação. Caso ocorra arrependimento do partícipe que tenha instigado ou induzido o autor à prática da infração e este tenha decidido pelo cometimento do delito, somente não será responsabilizado o partícipe se conseguir impedir que o autor realize a conduta criminosa.

b) De acordo com a teoria do domínio do fato no âmbito dos delitos culposos, a autoria imediata equipara-se à coautoria, visto que autor e coautor nas consequências do delito são aqueles que executam parte necessária do plano global, o domínio funcional do fato, que, embora não seja ato típico, integra a resolução previamente acordada da prática do crime.

c) No que se refere ao concurso material de crimes, adota-se, no sistema penal brasileiro, a teoria da absorção, de acordo com a qual a pena do delito maior absorve a sanção penal do menos grave; no tocante ao crime continuado e ao concurso formal perfeito, adota-se o sistema da exasperação.

d) No sistema penal brasileiro, adota-se, no que diz respeito à relação de causalidade, a teoria da equivalência causal, caracterizada pelo fato de o agente utilizar-se conscientemente das condições para justificar sua conduta criminosa, considerada a energia humana necessária para ocorrer o resultado pretendido, do qual deriva a responsabilidade penal. Essa teoria deixa nítida a distinção entre causa efficiens e condições.

e) A doutrina contemporânea registra como necessária a presença de alguns elementos para a caracterização do crime continuado, entre os quais se incluem o fator psicológico ou dolo unitário e a habitualidade da infração, no aspecto subjetivo, e, no objetivo, a identidade do bem jurídico tutelado e do tipo penal, além de mesma titularidade da vítima.

## **28) COMISSÃO EXAMINADORA - JUIZ FEDERAL - TRF 3 (2008)**

Indique qual das proposições seguintes não é inteiramente verdadeira:

a) Em tema de concurso de agentes: conforme a teoria do domínio do fato, o mandante do crime e o chamado "autor intelectual" são considerados autores; já para a teoria objetivo -formal eles seriam partícipes. Em face da teoria monista, o crime é um só para autores e partícipes, mas no caso de participação o desvio subjetivo de conduta influenciará na tipificação da conduta do partícipe. Não existe concurso de agentes em caso de "autoria mediata", de conivência e nos delitos plurissubjetivos.

b) Em face do discurso do artigo 18 da Lei nº 10.826 de 22 de dezembro de 2003 (importar, exportar, favorecer a entrada ou a saída do território nacional, a qualquer título, de arma de fogo, acessório ou munição, sem autorização da autoridade competente ... ) pode-se dizer que: a ilicitude ocorre ainda que se trate de arma, acessório ou munição de uso permitido no Brasil; ocorre o crime ainda que o agente introduza uma só arma de fogo e sem intuito de comercialização; a introdução ou exportação de artefatos explosivos não caracteriza o crime; trata-se de crime instantâneo, que se consuma quando o sujeito ativo transpõe a zona alfandegária ou, valendo-se da clandestinidade, ultrapassa a fronteira; não ocorrerá o delito se o agente estiver transitando pelo território nacional.

c) O chamado crime de terrorismo encontra-se tipificado em nosso Direito no artigo 20 da Lei nº 7.170 de 14 de dezembro de 1983, constituindo-se de práticas que seriam infrações de direito comum que ganham uma consideração especial como "atos terroristas" em virtude das motivações de seus agentes, tratando-se de delito de concurso necessário por envolver apenas membros de organizações políticas. Trata-se de infração imprescritível e a ação penal depende de requisição do Ministro da Justiça; a competência para o processo e julgamento é da Justiça Federal de instância, com recurso para o Supremo Tribunal Federal.

d) O princípio da insignificância é extralegal e difere do princípio da adequação social; não se relaciona com as infrações de menor potencial ofensivo. Tem sido acolhido pelo Superior Tribunal de Justiça, que o aplica levando em conta não apenas a "bagatela" da lesão mas também circunstâncias do fato e condições pessoais do agente.

## **29) CESPE - JUIZ FEDERAL - TRF 5 (2015)**

Com relação ao concurso de crimes e de pessoas e ao crime continuado, assinale opção correta.

a) O crime continuado ocorre quando o agente pratica uma ou mais infrações penais de mesma espécie ou não, de forma concomitante, caso em que a pena pode ser aumentada até o dobro.

b) O CP tipifica como crime a conivência, que ocorre quando o agente, mesmo que não tenha o dever de evitar o resultado, não intervém para fazer cessar a prática de infração penal de que tomou conhecimento.

c) É suficiente para caracterizar a participação em sentido estrito a exteriorização da vontade do partícipe de cooperar na ação criminosa do autor, desde que este tenha conhecimento dessa intenção e aceite a ajuda oferecida.

d) Ocorre concurso formal imperfeito quando há dolo em relação ao delito desejado e dolo eventual no tocante aos outros resultados da mesma ação, situação em que o agente deve ser apenado pelo sistema de acúmulo material.

e) A autoria mediata distingue-se da participação em sentido estrito em razão do domínio do fato. Tem-se, como exemplo da primeira, a utilização de inimputáveis para a prática de crimes.

### **30) COMISSÃO EXAMINADORA - JUIZ FEDERAL - TRF 3 (2008)**

Assinale a alternativa incorreta:

a) O aditamento à denúncia será causa interruptiva da prescrição se contiver um novo fato delituoso, mas exclusivamente com relação a este.

b) Como conseqüência do inciso XL do artigo 5º da Constituição Federal, nos casos de crime permanente e de continuidade delitiva deve sempre ser observada a regra tempus regit aclum de modo a favorecer o agente impedindo-se a incidência de lei penal mais gravosa que passa a vigor antes do fim da permanência ou da continuidade.

c) A reparação voluntária do dano ou restituição da coisa, antes do recebimento da peça acusatória, em todo e qualquer crime não executado com violência ou grave ameaça à pessoa, é causa obrigatória de redução de pena que se estende em favor de concorrentes.

d) O crime de não recolhimento tempestivo em favor da Previdência Social de contribuição social descontada dos salários dos segurados empregados, ou dos pagamentos feitos a terceiros, é norma penal em branco e delito omissivo próprio, punido a título de dolo genérico.

### Gabarito

1) D	2) B	3) C	4) Errado	5) C	6) D	7) E	8) D	9) Errado	10) A
11) Errado	12) Certo	13) D	14) D	15) D	16) E	17) A	18) Certo	19) Errado	20) A
21) Certo	22) B	23) A	24) A	25) Certo	26) A	27) A	28) C	29) E	30) B

Direito Penal

**Magistratura Federal - Extensivo**

2006 - 2016